



Anais da Assembléia

N.º 70

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE JUNHO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1982 (QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Ezequias Losso e Augusto Carneiro.

Às 10,45 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edison Alencar, Adalberto Daros, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer Wilson Fortes e Romero Filho. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 19/82, que doa ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE, parte das terras que especifica, situada na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56/82, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. n.º 57/82), que estabelece condições para a realização no corrente ano e no exercício de 1983, de promoções por avanço vertical, por habilitação de Professores e Especialistas de Educação. Parecer Favorável da C.C.J. por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74/82, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. n.º 76/82), que dispõe sobre a regularização do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, ainda não recolhido e cujo prazo de pagamento tenha expirado até 31 de março de 1982, e dá outras providências. Parecer Favorável da C.C.J., por maioria. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29/82, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CONSERVACIONISTA DE PONTA GROSSA, com sede na cidade de Ponta Grossa. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 41/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE, com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a implantação do curso de 5ª à 8ª. série do Primeiro Grau na Escola Narciso Mendes, no Jardim Esmeralda, no Bairro do Xaxim. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, encarecendo a instalação de Agência do mesmo no Distrito de Iracema, Município de Formosa do Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, para que seja instalada uma agência do referido Banco no Distrito de Panema, Município de Santa Mariana. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Conselho Nacional de Trânsito, sugerindo a elaboração de estudos para expedição de Carteira de Habilitação Municipal Especial. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à TELEPAR, encarecendo providências para implantação de recursos técnicos no sistema de telefonia, objetivando impedir o lançamento de despesas com telegramas fonados, em contas de usuários terceiros. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação, com brevidade, de um módulo policial no Bairro Alto Tarumã, em Curitiba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à Delegacia Regional do Banco Nacional de Habilitação, no sentido que aquela autoridade informe qual o número de conjuntos habitacionais que foram construídos na cidade de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando informações do IPE, através do Sr. Governador do Estado, sobre financiamento de casa própria a funcionários do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kiri-

nus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Paraná encarecendo informações sobre a regularização de 36.415 lotes de terra efetuadas pela gestão do atual Governo. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado do Paraná, pedido de informações sobre os custos de produção e veiculação do programa "Paraná em Debate", exibido no último dia 20, sábado, nas emissoras de televisão do Estado, e se o referido programa é patrocinado pela Sub-Chefia de Comunicação Social ou por outro órgão da Administração. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Segurança Pública, encarecendo informações sobre a Senhora Sueli Pessoa da Silva, e se foi qualificada para trabalhar no setor de identificação na cidade de Nova América da Colina. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de telex ao Sr. Ministro da Previdência Social, contendo protesto quanto ao desconto para a Previdência Social, dos aposentados. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa do discurso de encerramento do VII Congresso da AERP, proferido pelo Sr. Elio Winter. - **Aprovado (A matéria acha-se transcrita no final desta ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Esporte Clube Pinheiros, pela conquista do campeonato Sul Americano de Handbol Feminino, disputado na cidade de Assunção, no período de 29 de abril a 02 de maio. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, encarecendo que o traçado da Rodovia Toledo - Santa Helena, passe pela avenida principal do Distrito de Ouro Verde. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura e Presidente do INCRA, encarecendo estudo e urgentes providências para que seja efetuada a arrecadação do Imposto Territorial Rural de um exercício no exercício seguinte, nos meses de abril e maio. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário de Segurança Pública e Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, encarecendo a implantação de Corpo de Bombeiros em Toledo - Pr. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Ministro da Fazenda, Governador do Estado e Secretário de Estado das Finanças, encarecendo seja feito estudo e urgentes providências a fim de que seja impedida a revogação da insenção do ICM incidente sobre aves. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretários de Estado da Educação e dos Recursos Humanos, encarecendo providências para a promoção à classe "B", nível 2, dos professores da Classe "A", nível 1, com mais de 20 anos de serviço independentemente de habilitação. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Souza, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Ministério da Saúde, Serviço Nacional de Fiscalização Farmacêutica e ao Instituto Nacional de Pesos e Medidas, encarecendo a proibição de embalagens de produtos farmacêuticos, especificamente pomadas em bisnagas plásticas opacas, como forma de evitar-se que o povo seja ludibriado no que diz respeito à quantidade de medicamento inferior ao constante da embalagem. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Souza, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à Secretaria de Estado da Agricultura encarecendo a implantação de um Posto de Vacinação de Suínos no Município de Dois Vizinhos. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, sugerindo a exclusão da cobrança das custas periciais no cancelamento do Seguro Agrícola. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Divisão de Taquígrafia desta Casa, pelo transcurso do Dia da Taquígrafia, ocorrido em data de ontem, 06 de maio. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente da Corol e em particular à população de Rolândia, na pessoa do Prefeito Yokimassa Nakano, pela implantação e inauguração hoje ocorrida, da Destilaria de Alcool da Cooperativa Agro-Pecuária de Rolândia Ltda. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Tribunal de Justiça, encarecendo a criação do Distrito Judiciário de São Salvador, no Município de Ampere. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário do Interior, pedindo informações sobre as empresas que estão qualificadas ou credenciadas pela COHAPAR-PR, para receber contrato de serviços e financiamentos e outras questões a serem esclarecidas. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando por parte dos Ministérios do Planejamento e da Agricultura e por parte do Governo do Estado, no sentido de amparar os produtores cooperativados do Estado do Paraná, em face da crise emergente da quebra de produção, verificadas especialmente nas regiões Oeste e Norte do Estado. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Departamento de Ordem de Serviços da Prefeitura Municipal de Curitiba para solucionar problemas no Bairro Jardim Paranaense. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo providências para instalação de um aparelho telefônico na Escola Tiradentes, Ensino de 1o. Grau, localizada na BR-277, Km 68, nesta Capital. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de pedido à TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone público junto à Escola Alfredo Chaves, situada à Rua Evaldo Cabidewski, Alto da Cruz, Município de Colombo. **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Diretor da Diretoria dos Transportes Rodoviários e Diretor do 9o. Distrito do DNER no Pr., encarecendo a implantação de linha de ônibus de Toledo a São Paulo, pela Pluma Conforto e Turismo S/A, pelo Expresso Nordeste S/A ou pela Viação Garcia Ltda. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, encarecendo seja reduzido o módulo rural, imposto aos agricultores, pelo órgão, pois a medida vem causando sérias dificuldades, inclusive o êxodo rural. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à jovem atleta Nanci Ogata, de Peabiru-Pr., pela conquista do Campeonato de Xadrez do Paraná. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a implantação do sistema Monocanal na Vila Flor da Serra, Distrito de Quatro Pontes, Município de Mal. Cândido Rondon. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encarecendo a instalação de uma agência do Correio na cidade de Salgado Filho. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário de Educação, para que preste informações sobre a intervenção dos chamados "comandos políticos" nos atos sob responsabilidade de sua pasta. **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Presidente da Câmara Federal, Senado da República, Líderes de Partidos com assento no Congresso Nacional, ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República e ao Ministro da Justiça, pedindo a liberação das chamadas áreas de segurança nacional, prefeituras das capitais e estações hidrominerais, possibilitando eleições livres e diretas em novembro de 1982. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor Administrativo da FUNDEPAR, no sentido de determinar estudos para solucionar problemas na Escola Viriato Correia, na Faxina, Município de São José dos Pinhais. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor da LBA e ao Sr. Diretor Administrativo da FUNDEPAR, encarecendo estudos para solucionar problema em Piên-Pr., na Escola Deputado Mário Braga Ramos, ensino de 1o. Grau. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando apelo veemente à Secretaria de Recursos Humanos, para que reestude a questão de alterações no Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado, de todos os inativos. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, encarecendo a aprovação do Projeto número 6273/81, que equipara a carreira de Engenheiro Florestal com as outras modalidades de Engenharia. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo soltura imediata do Pastor luterano Otto Raminger, do Professor catequista Olavo Nienow, do sindicalista Francisco Cesário da Silva e de mais quatro posseiros presos recentemente, sem culpa formalizada, na cidade de Colorado do Oeste, no Estado de Rondônia. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, pedindo informações sobre recolhimento em favor das Associações de Professores do Paraná. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando do Sr. Secretário de Recursos Humanos sobre a regulamentação da Lei 7540, de aumento do funcionalismo público, na parte que trata da opção de jornada de trabalho. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de apelo aos Ministros da Agricultura, Fazenda, Planejamento e Banco Central, reivindicando benefícios solicitados pela OCEPAR aos agricultores que tiveram quebra de safra, com tratamento idêntico ao oferecido aos do Rio Grande do Sul. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício à SANEPAR, encarecendo urgente instalação dos serviços de água tratada e esgoto na sede do Município de Jesuítas, pois os moradores há muito estão aguardando tais benefícios, face à promessa há muito feita por autoridades governamentais. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam executados ainda no decorrer do presente exercício, a ligação asfáltica entre os Municípios de Carlópolis - Ribeirão Claro até o Porto Emigdão. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Governador do Estado, encarecendo seu empenho junto aos órgãos competentes, no sentido de atender aos índios AVA-GUARANI, cuja aldeia se localiza no Município de Foz do Iguaçu e que se encontram em total abandono. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor da Polícia Civil, encarecendo providências a fim de que seja apurada a responsabilidade criminal dos autores dos fatos delituosos ocorridos em Cascavel. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando se oficie ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja urgenciada a instalação da agência regional do BANESTADO, na cidade de Apucarana. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado pedido de informações ao Sr. Superintendente do IPE-Pr, sobre o plano de construção de casas para o funcionalismo estadual. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor de Manutenção do DER, encarecendo reparos no trecho da serra na PR-439, entre Santo Antônio da Platina e Ribeirão do Pinhal, onde houve deslizamento de aterro, causando diversos acidentes. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando ao Sr. Governador do Estado seja determinado à Secretaria de Transportes, o imediato início de serviços de recondicionamento da camada de asfalto da pista e melhorias de acostamento na Rodovia PR-317, trecho entre Campo Mourão e Rio Ivaí. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus e outros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente da República, sugerindo o reconhecimento por parte do Governo brasileiro, da representatividade da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional e da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, de matéria publicada pelo jornal "Gazeta do Povo" edição de 03/05/82, coluna "Gazeta da Justiça", com o título: "A propósito do estacionamento pago EstaR", do Dr. Aloisio Surgik. — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a formulação de apelo aos Srs. Ministros Amaury Stáble, Delfim Neto, Ernane Galvêas, aos Presidentes do Banco do Brasil, Banco Central e da Comissão de Financiamento de Produção, bem como aos diretores de crédito rural do Banco do Brasil e do Banco Central, para atendimento das reivindicações endereçadas pela Organização das Cooperativas do Paraná. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à Delegacia Regional do IBDF, com sede nesta Capital, pedindo informações sobre um rol de questões referentes a empresas que utilizam benefícios fiscais do referido órgão. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo 30. aniversário da Escola de Recuperação de Alcoólatras e Fumantes da Vista Alegre das Mercês. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de telex ao Sr. Presidente da CBF, hipotecando em nome

dos torcedores brasileiros do Paraná, total solidariedade nas decisões tomadas com referência à Seleção, especialmente com relação à fixação de gratificações aos nossos jogadores, no caso de ganharmos os jogos na Espanha. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de telex aos Srs. Secretário da Indústria e Comércio e ao Ministro da Indústria e Comércio, encarecendo seja revisto com urgência o preço cobrado pelo INPM por ocasião do aferimento de balanças, pois os custos de aferição, muitas vezes, ultrapassa 40 por cento do valor da balança. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que a EMOPAR promova os reparos necessários na cobertura do Estádio Couto Pereira. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a transferência da Comarca de Salgado Filho subordinada ao Município de Barracão, para a Comarca de Francisco Beltrão. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente às Secretarias de Desenvolvimento dos Municípios, da Educação, e à Prefeitura Municipal de Cerro Azul, no sentido de determinarem estudos para solucionar problemas de escola em São Sebastião, Município de Cerro Azul. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, encarecendo estudos para solucionar um problema de surto de raiva em Faxina, Município de São José dos Pinhais. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR apelando no sentido de determinar estudos para a instalação de um telefone público no Bairro da Fazendinha, em Campo Largo. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor da COPEL, encarecendo estudos no sentido de determinar a eletrificação da Vila Campina dos Pretos em Quitandinha-Pr. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor da COPEL, apelando no sentido de determinar estudos para eletrificação das residências da Rua Araújo em Barro Preto, Município de São José dos Pinhais. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um posto telefônico na localidade de Gramadinho, Município de Cascavel. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior solicitando envio de ofício ao Sr. Presidente da TELEPAR encarecendo urgentes providências no sentido de ampliar a rede de água no Município de Campo Largo, no trecho compreendido entre o final da Rua Padre Natal Pigato e a estrada da Sereia, passando pela loca-

lidade de Rondinha. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando ao Sr. Secretário dos Transportes do Paraná, informações sobre o montante devido aos Municípios do Paraná referentes à verba do Programa PRÓ-SAFRA; e os municípios que não a receberam e quais as razões que motivam o atraso. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Superintendente Regional do INAMPS e de telex ao Ministro da Previdência, dirigindo-lhes apelo no sentido de ser revista a classificação de hospitais da região metropolitana de Curitiba, apresentada pela anterior Superintendência Regional, em que figuram o Hospital Evangélico com avaliação de 10 por cento, a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba com 20 por cento e o Hospital da Cruz Vermelha, com 15 por cento. **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao INCRA e ao ITC, encarecendo a regularização da área situada na localidade de Céu Azul, Município de Santa Helena. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de telex aos Srs. Ministros do Planejamento, da Fazenda, da Agricultura e ao Presidente do Banco Central, encarecendo que as operações de AGF para o algodão sejam feitas com a cláusula de retrovenda às Cooperativas, seja promovida alocação de recursos de EGF para arroz, algodão, soja e milho, em volumes compatíveis com a produção recebida pelas cooperativas e abrangendo 100 por cento do preço mínimo. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a formulação de apelo ao Sr. Ministro da Agricultura para que atenda as reivindicações da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, com a liberação de recursos do EGF e AGF ao sistema cooperativista. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário da Agricultura, pleiteando a instalação de um armazém graneleiro no Município de S. Izabel do Ivaí. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor do DER encarecendo providências no sentido de se efetuarem obras de recuperação asfáltica na PR-317, trecho Campo Mourão - Maringá. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a implantação do curso de 2o. Grau na Escola Santos Dumont, na Vila Guaíra. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo a implantação de um módulo de socorro familiar na Av. Francisco Derosso, nas proximidades da Igreja São Francisco de Assis. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo credenciamento do Hospital de Clínicas São Lucas, para prestar assistência hospitalar a beneficiários da Pre-

vidência Social no Município de Boa Vista da Aparecida. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, sugerindo que as verbas da Secretaria de Desenvolvimento destinadas aos municípios, sejam distribuídas pelas associações que representam as microrregiões do Estado, estabelecendo-se assim critérios mais justos. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício à SUREHMA, pedindo providências contra o Frigorífico Santo Antônio de Apucarana, por não obedecer às leis de proteção ao meio ambiente, poluindo as águas e nascentes dos rios que cortam aquela cidade. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo informações acerca da aplicação da lei da aposentadoria de professores aos 25 e 30 anos de serviços. **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior solicitando envio de expediente à Prefeitura Municipal e à SANEPAR, apelando no sentido de determinar estudos para solucionar problemas de saneamento na Rua Laudelino Ferreira Lopes, no Bairro Capão Raso. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente de sessão anterior, requer inserção nos Anais do artigo intitulado "Combatendo o Bom Combate" de autoria da Professora primária Norma Sueli Pereira, publicado na Revista VEJA de 12 do corrente. - **Aprovado.** (O artigo achase publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja aprovado um pedido de requisição ao Tribunal de Contas do Estado, dos extratos financeiros de prestação de contas dos últimos três exercícios financeiros do FUNRESPOL. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pela realização do I Encontro Nacional de Empresas de Vigilância, Asseio e Conservação, em Curitiba. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos constante do expediente de sessão anterior solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo antecipação do horário de encerramento das aulas, no período da tarde para as 17 horas. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior e ao Sr. Presidente da SANEPAR, encarecendo extensão da rede de água na cidade de Palmeira. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando pedido de informações à Secretaria dos Transportes, sobre a quantidade de combustível fornecida pela referida Secretaria ao Município de Jaguapitã, nos anos de 79 e 80, através do PROSAFRA. **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado encarecendo a reconstrução da Rodovia Nova Londrina - Itaúna do Sul - Diamante do Norte, o que irá possibilitar o trânsito de veículos de toda a grande região noroeste do Paraná, com destino ao Estado de S. Paulo. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à atuação do Sr. Edson Machado, durante o tempo que exerceu as funções de Secretário da Educação. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Cel. Antônio Celso Mendes, pelo lançamento do seu livro "Anotações Filosóficas". - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à Prefeitura Municipal e à SANEPAR, apelando no sentido de determinar estudos para solucionar problemas de saneamento na Rua Frei Teófilo, no Bairro do Capão Raso. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao escritor Werner Zotz, pelo sucesso de suas obras alcançado a nível nacional. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública e do Comandante do Corpo de Bombeiros, apelando no sentido de determinarem estudos para solucionar problemas com o Corpo de Bombeiros no Município de São José dos Pinhais. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado e Secretário de Finanças, encarecendo estudos no sentido de conceder anistia às empresas que estão em débito com o ICM, em atraso. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Superintendente do IPE, no sentido de viabilizar a criação de uma Coordenadoria Regional daquele órgão na cidade de Paranaguá. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao DER, encarecendo urgente indenização aos proprietários que perderam áreas de terra em consequência do asfaltamento da rodovia que liga Terra Roxa - Guaíra. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de telex ao Ministro da Justiça, protestando contra a abertura de inquérito para a expulsão do País do Presidente da UNE, Javier Alfaya, sob a alegação de que é estrangeiro exercendo atividade política. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Superintendente Regional do INPS Paraná, encarecendo a instalação de um escritório de representação daquele órgão no Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado apelo ao Superintendente Regional de Crédito Rural do Banco do Brasil em Curitiba, referente à liberação de verba para eletrificação rural no Distrito de São Pedro do Florido, Município de Santo Antônio do Sudoeste. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos

Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Recursos Humanos, pedindo informações sobre a data que serão chamados a tomarem posse os concursados constantes do Edital 06/82, publicado no Diário Oficial 1233, de 17/2/72. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública e ao Sr. Comandante da Polícia Militar, comunicando violências policiais perpetradas no Município de Loanda, contra o Sr. Elias Alves da Silva. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Srs. Governador do Estado e Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo encaminhamento de mensagem a esta Assembléia, reformulando a lei do Regimento de Custas. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício à Chefia do Departamento dos Serviços de Transportes, encarecendo a implantação de uma linha de ônibus ligando o Município de Cafelândia à cidade de Cascavel. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de sugestão ao Sr. Ministro da Justiça, da alteração a ser procedida no Código Civil, por ocasião da reforma ao referido diploma legal, cujas demarches estão iniciando. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor pela passagem do 34o. aniversário de criação do Estado de Israel. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviada sugestão ao Sr. Governador do Estado e aos Srs. Secretários do Desenvolvimento dos Municípios e dos Transportes, encarecendo a implantação de um programa emergencial de atendimento aos 20 novos municípios recém-criados e ainda não instalados. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de sugestão aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a criação, através do DER, de um programa de apoio ao agricultor. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado ao Sr. Secretário da Educação, pedido de informações da taxa: Contribuição Comunitária de alunos matriculados em estabelecimentos estaduais de ensino regular e supletivo de 1o e 2o. Graus. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando informações ao Diretor do DETRAN sobre exames psicotécnicos que são realizados no interior do Estado. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, e ressalvada a possibilidade de convocação extraordinária de sessões, convoca os Srs. Deputados para se reunirem no dia 01 de agosto do corrente ano, às 10:00 horas, para a instalação do 2.º Período de Sessões Ordinárias da 4.ª Sessão Legislativa da 9.ª Legislatura. — Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOÃO ELÍSIO, EM SESSÃO DO DIA 30/06/82

"COMBATENDO O BOM COMBATE"

Norma Sueli Pereira

A luta contra o mal da ignorância é um dever para todos os brasileiros.

O resultado do concurso para o magistério primário no Rio de Janeiro — apenas 300 entre 17.902 candidatos foram classificados na primeira fase — reflete, apenas, o lamentável estado a que foi relegado o ensino de primeiro grau no Brasil — tanto por culpa dos próprios professores quanto do governo e da sociedade em geral. Nós, os professores primários, vivemos uma realidade paradoxal. Por um lado, constituímos uma classe altamente privilegiada, pois recebemos a missão de lidar com cabeças infantis que estarão concluindo seus cursos universitários na vida do século. Por outro lado, entretanto, somos tratados como se o papel que desempenhamos não tivesse a menor importância.

As autoridades alardeiam, com frequência, seu interesse pela educação — sobretudo pela educação básica, que é o verdadeiro alicerce de qualquer tipo de ensino. Mas reduzidas verbas efetivamente destinadas ao setor tanto pelo governo federal quanto pelo município do Rio de Janeiro desmentem tal interesse. De nada adianta apregoar uma política correta se não são concedidos os instrumentos financeiros para convertê-la em realidade. A opinião pública, por sua vez, acompanha os problemas das universidades, e às vezes se interessa até mesmo por restaurantes acadêmicos, esquecendo-se de que os universitários pertencem a uma elite e que muito mais justo seria preocupar-se com a situação dos professores primários obrigados a lutar por um salário de Cr\$ 31.440,00. O número de candidatos a professores primários só cresce, aliás, porque numa época de desemprego as pessoas aceitam qualquer salário em troca de uma promessa de estabilidade. Confesso que este também é, um pouco, o meu caso. Sei, como todos sabem, que pai e mãe não são eternos, que o casamento pode vir ou não vir e sempre me preocupei em ser independente.

Mas sei, igualmente, que optar pelo magistério primário implica uma série de responsabilidades morais, a primeira das quais é a de estudar continuamente, adquirindo uma visão atualizada do mundo que possa ser transmitida às crianças. Infelizmente — devo admiti-lo — muitos colegas meus, talvez levados pelo cansaço provocado por um excesso de horas de trabalho em dois, ou até mesmo três empregos, já se acomodaram numa rotina em que se limitam a aparecer em salas de aulas nas quais repetem, sem espírito crítico nem interesse, o que eles próprios aprenderam. Essa atitude não seria tão ruínoza se os professores primários tivessem, ao menos, uma boa formação profissional. Mas a realidade evidente, sublinhada pelos resultados do último concurso, é que as escolas normais vivem um período de sensível decadência.

Procurando concentrar um currículo demasiado extenso em apenas três anos, as escolas normais acabaram adotando um sistema confuso e antipedagógico, à base de apostilas, nas quais o supérfluo acaba predominando sobre o fundamental. Em minha opinião, seria necessário ampliar a duração da escola normal de três para quatro anos, para que os professores primários pudessem ter uma boa formação. Mas antes disso, antes de qualquer outra reforma que se proponha, insisto em que as escolas normais devem ensinar o essencial, isto é, devem ensinar a alfabetização. Por incrível que pareça, isso não é ensinado e eu mesma, se dependesse exclusivamente do que aprendi, não seria capaz de levar uma criança a ler e escrever. Tudo o que sei sobre o assunto foi conquistado a duras penas na prática diária de uma escola que mantenho em minha própria casa e no estudo, por conta própria, dos métodos existentes.

Tive boas recompensas. Recentemente, por exemplo, recebi uma criança que, apesar de já ter 9 anos, fizera tão poucos progressos na escola que parecia destinada a permanecer para sempre sem qualquer educação formal. À custa de muita paciência, experimentando métodos novos de alfabetização, às

vezes perdendo momentaneamente a coragem, fui vencendo a barreira e agora posso dizer que essa criança terá na vida a mesma chance de desenvolvimento intelectual que qualquer outra. Aceito com tranquilidade a perspectiva de enfrentar problemas semelhantes. Sei perfeitamente que a vida de uma professora primária é feita de esforços e mesmo de eventuais decepções. Mais que isso, acredito que num país, como o Brasil, onde reina a evasão escolar, onde as verbas são poucas e os alunos, muitas vezes, assistem as aulas com fome, derrotas são mais frequentes que vitórias. Aceito tudo isso em troca da alegria moral de combater o bom combate.

Mas o que não compreendo, o que todos os meus colegas não compreendem — e por isso mesmo alguns se desencorajam —, é por que razão nós devemos viver necessariamente com um salário baixo em meio ao esquecimento das autoridades, e à indiferença da opinião pública. Não compreendo, enfim, porque devemos combater sozinhos, se a vitória contra a ignorância é um objetivo de todos os brasileiros.

* Norma Sueli Pereira, professora primária no Rio de Janeiro, foi aprovada com as melhores notas no recente concurso para o magistério que desclassificou 98% dos candidatos.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, em sessão do dia 30 de junho de 1.982.

A PROPÓSITO DO ESTACIONAMENTO PAGO NO ESTAR

Aloísio Surgik

Não tendo o povo participação na administração da coisa pública, sintomaticamente vai ficando cada vez mais alijado de importantes debates sobre problemas que realmente afetam a vida em comunidade, abrindo-se assim largas comportas — sob o rótulo de “progresso” — para as mais esdrúxulas aberrações jurídicas.

Estas considerações vêm a propósito do eufemismo que se vem empregando na tentativa de justificar o fenômeno “Estacionamento Regulamentado” (na realidade, ESTACIONAMENTO PAGO) nas vias e logradouros públicos de Curitiba abrangidos pela “Área de EstaR” que se introduziu pela discutível Lei Municipal n.º 3.979 de 5/11/71, regulamentada pelo Decreto n.º 569 de 20/06/80, sob o sedutor lema: “Mais espaço para quem não tem tempo a perder”.

Não obstante veementes protestos e até algumas valiosas contribuições escritas de respeitáveis juristas, questionando a validade e o próprio fundamento jurídico da inovação, o EstaR foi estendendo seus tentáculos, alargando pouco a pouco a área de sua dominação pelas principais ruas da cidade, chegando a fechar totalmente o perímetro central. Ultrapassou até os limites da própria regulamentação do aludido Decreto n.º 569, avançando em áreas não previstas inicialmente, como a Rua Cruz Machado, a Desembargador Westphalen (entre André de Barros e Visconde de Guárapuava), a Presidente Faria (entre Bufrem e Presidente Carlos Cavalcanti), a Visconde de Nacar, assim, como a Alameda Cabral (entre Carlos de Carvalho e Cruz Machado), a Emiliano Pernetá (entre Visconde de Nacar e Visconde do Rio Branco), a própria Visconde do Rio Branco, a Pedro Ivo, e outras.

Recentemente, após momentos de expectativa, quando da sua proibição pelo CONTRAN, uma surpresa: à proibição, seguiu-se quase de imediato a REVOGAÇÃO DA PROIBIÇÃO.

E o EstaR continua a estar...

Agora, passado este momento de susto, em que nenhum responsável ousava emitir publicamente sua opinião, conforme informações da imprensa, parece que se vem desencadeando uma avalanche de publicidade no afã de convencer a população das "maravilhas" do EstaR.

O assunto, a nosso ver, merece alguns minutos de reflexão, não sendo suficiente A REVOGAÇÃO DA PROIBIÇÃO para se dar o caso simplesmente por encerrado.

Nem pretendemos esgotar aqui o tema, até porque não vamos adentrar-nos no campo do Direito Constitucional nem do Direito Administrativo. Outros mestres já o fizeram e certamente ainda farão melhor do que nós, mostrando, por exemplo, a improcedência da medida, por se tratar de bitributação e porque implica numa cobrança sem qualquer retribuição ao usuário, uma vez que o EstaR cobra, mas se exime de qualquer responsabilidade indenizatória sobre quaisquer danos que os veículos venham a sofrer, evidenciando-se assim a imposição unilateral expressa no próprio teor do cartão de estacionamento: "A cobrança de preço nas Áreas de Estacionamento não acarretará para o Município de Curitiba a sua permissionária a obrigação de guarda e vigilância dos veículos. Assim, à Prefeitura ou a URBS — Urbanização de Curitiba S.A. — não caberá responsabilidade indenizatória por acidentes, danos, furtos ou quaisquer outros prejuízos que os veículos ou seus usuários possam vir a sofrer nos locais delimitados como Área de EstaR. A aquisição dos cartões de estacionamento implicará na aceitação, pelo usuário, do contido neste item" (item n.º 6 das INSTRUÇÕES).

Caímos assim na mais grotesca forma do que alguns chamam de eufemisticamente de "contrato de adesão": a simples aquisição dos cartões obriga o usuário. Isto quer dizer: a quem impõe o pagamento, só as vantagens; obrigação, nenhuma.

E a negação da própria essência do direito, enquanto o concebemos como ordem comutativa do ser social (consensus omnium: consentimento de todos), não produto de gabinetes.

Sem necessidade de nos embrenharmos na terminologia do tecnicismo jurídico moderno — em grande parte responsável por todo este estado de coisas — convém voltarmos a atenção para as fontes do nosso direito, analisando o problema tão somente à luz das mais mezinhas e perenes noções de direito, a partir da singela noção do que seja coisa pública.

Já o direito romano clássico, em toda a grandeza de sua admirável simplicidade, nos dá esta sapientíssima lição: "QUAE PUBLICAE SUNT, NULLIUS VIDENTUR IN BONIS ESSE; IPSIUS ENIM UNIVERSITATIS ESSE CREDUNTUR" — As coisas públicas reputam-se de ninguém; pois são consideradas da própria comunidade (Gai, 2,11).

Tal noção, que emana do próprio bom senso, típico dos romanos, vai consolidando-se ao longo dos séculos e está consubstanciada nas legislações modernas, inclusive em nosso Código Civil que entende por BENS PÚBLICOS: "OS DE USO COMUM DO POVO, TAIS COMO OS MARES, RIOS, ESTRADAS, RUAS E PRAÇAS" (art. 66).

Acontece, porém, que nesta intrincada selva de dispositivos legais em que nos perdemos hoje (já Tácito afirmava: "PERDITISSIMA RES PUBLICA, PLURIMAE LEGES" — quanto mais leis, mais perdida a República), o que no dizer do jurista espanhol Juan A. Alejandro García, constitui "porta aberta para que a lei se transforme em apetecível instrumento de poder nas mãos do Estado", não é de admirar que se logre uma saída até mesmo dos labirintos da chamada "competência constitucional para legislar sobre a matéria" que serviu, aliás, de suporte para o CONTRAN revogar a proibição a que anteriormente aludimos. Como se fosse dada aos Municípios tanta autonomia, a ponto de terem competência até mesmo para legislar absurdamente contra as mais elementares noções de direito, em nome da Constituição!

É pacífico, todavia, na doutrina, e até assente em lei, que AS COISAS PÚBLICAS SÃO FORA DO COMÉRCIO (V. ENCICLOPÉDIA SARAIVA DO DIREITO, Vol. 16; Código Civil, artigos 65 e 69), o que também encontra sólido embasamento no próprio direito romano (RES EXTRA PATRIMONIUM), conforme as Institutas de Gaio (2, 1s.).

Assim, ainda que, em tese, hoje se permita o uso comum dos bens públicos mediante retribuição (sem que se possa alterar a noção de coisa pública), não há como justificar o caso EstaR, eis que, depois de o cidadão pagar todos os impostos e taxas a que já está habitualmente sujeito (imposto predial elevando-se astronômicamente, taxa de limpeza, taxa de iluminação pública desproporcional à própria iluminação, pedágios, TRU - Taxa Rodoviária Única...) ainda é compelido a arcar com mais este ônus, ao estacionar o veículo em vias e logradouros públicos "regulamentados".

Mas — costuma-se argumentar — não se trata de retribuição, nem comércio de coisa pública, pois a renda do EstaR se destina em parte a obras de assistência social...

Discussões à parte no que tange a filigranas terminológicas (retribuição, taxa, tributo, etc), o que ao homem comum não faz qualquer diferença, cumpre lembrar que, independentemente da implantação de estacionamento pago nas vias e logradouros públicos da cidade, já é obrigação do poder público dar atendimento às obras assistenciais. De mais a mais admitindo-se que a população esteja realmente propensa a arcar com mais esta "colaboração filantrópica", e sem que se coloque em questão a lisura dos administradores, é humanamente impossível um controle público sobre a contabilidade em tal setor, pelo simples fato de se tratar de uma fonte de renda de alta rotatividade.

Nem será desta forma, com estacionamento pago nas vias públicas, que se resolverá, ou sequer minimizará, a injusta distribuição de renda e a violenta concentração do capital.

Outro argumento de que se valem os implantadores do EstaR, para preservá-lo incólume, é o que ele se mostra "eficaz" para disciplinar o trânsito no centro da cidade.

Ora, não encontrar outro meio EFICAZ para disciplinar o trânsito, a não ser recorrendo ao custeio da população, significa, DATA VENIA, reconhecer a própria incompetência e fracasso administrativo.

Aliás, já observou muito bem Gabriel Cohn, livre docente em Sociologia pela Universidade de São Paulo e autor de SOCIOLOGIA DA COMUNICAÇÃO, ao abordar tema similar: "Na realidade a argumentação toda é uma variante, especialmente venenosa, de um tema básico do nosso autoritarismo. Sempre que os detentores do poder não querem algo, ou não conseguem algo, devido a resistências no interior do seu próprio campo, o cidadão comum arca com a responsabilidade, quando não com a culpa: não vota porque não sabe, sofre aumento de preços porque não pechinha e assim por diante".

Por outro lado, querer enaltecer o EstaR pelo fato de oferecer mais empregos, é tentar corrigir um mal (a recessão) com outro pior: violação do direito (comércio de coisa pública), além de patentear falta de originalidade. Já no século passado, antes da revolução industrial, se acobertavam injustiças sociais sob o pretexto de que "quando os reis construíam palácios, os carroceiros tinham o que fazer".

Ultimamente, parece que a propaganda pró-EstaR vem concentrando-se mais na tônica de que o povo o "aceita".

É o caso, então, de se indagar:

1 — Quando é que se consultou o povo a respeito?

2 — Poderá deixar de "aceitar" quem não tem outra alternativa, já que todo o perímetro central da cidade se acha bloqueado pelo EstaR?

O fato de outras cidades brasileiras estarem adotando se-

melhantes medidas não quer dizer que esteja havendo consenso a respeito; confirma, quando muito, que todas estão sob o mesmo regime.

Se em países mais desenvolvidos existem certas modalidades de estacionamento remunerado nas vias públicas, tal procedimento se justifica somente na medida em que a coletividade realmente, tem participação na sua deliberação, cabendo-lhe assim decidir o que melhor lhe convier. Fora disto, é também usurpação.

Entendemos pois, que o debate e a auscultação da vontade do popular, no caso, é indispensável.

De fato, a passividade e o silêncio ante a imposição fomentam o avanço de formas mais ousadas de violação do direito. Basta dizer que, hoje, as moças encarregadas da fiscalização do EstaR (as "estaretas"), mesmo sem terem maior conhecimento das leis do trânsito (na maioria nem carteira de habilitação têm), no final do expediente, passam "recado" aos guardas, que depois multam por "atacado" conforme recente denúncia da Gazeta do Povo (edição de 31 de março de 1982).

Já nem vamos discutir aqui a validade destas multas, em face do art. 89, XXXIX, "f", do Código Nacional de Trânsito.

À primeira vista, estas considerações poderiam parecer de menor importância, tendo em vista problemas maiores que nos afligem e por se restringir apenas à faixa da população que tem automóvel. Ocorre, todavia, que os problemas aparentemente menores acarretam os maiores e outros problemas se multiplicam. Ademais, em se tratando de violação do direito como tal, não há mais nem menos: ou é violação, ou não é. Portanto, nem cabe aqui entrar no mérito do QUANTO se paga para estacionar na "Área de EstaR". Isso é irrelevante.

Aparentemente restrito e a preço que se diz "irrisório", o problema na realidade amplia-se mais do que se possa imaginar, sendo sintoma de uma crise muito mais ampla. Quem tem automóvel paga para estacioná-lo na via pública; quem não o tem (juntamente com quem tem), paga o asfalto da mesma (eis outro lema da URBS: "Uma sigla de muitos significados") e todos contemplam estarecidos o deprimente espetáculo de lojas comerciais que se levantam em plena praça pública (Praça Rui Barbosa), até com prejuízo da própria estética. Se o motivo também aqui é filantrópico, por que não erigir logo creches, asilos, etc?

Em suma: a persistir esta errônea idéia de que existe fundamento jurídico para pagarmos o estacionamento do carro em vias e logradouros públicos, amanhã, pelo mesmo "fundamento" e até bafejados talvez pelo consolo da filantropia, poderemos ser constrangidos a pagar para perambularmos na calçada da via pública, variando — quem sabe? — a quantia, conforme preferirmos o lado do sol ou o da sombra."

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, aprovada a requerimento do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, em sessão do dia 30 de junho de 1982.

Discurso de Encerramento do VII Congresso da AERP
Foz, 08/05/82

Elio E. Winter - R. Difusora do Pr. - M.C.R.

Apenas uma palavra basta para dizer do que foi este VII Congresso das Emissoras de Radiodifusão do Paraná, que agora chega ao seu final: a palavra é sucesso.

Desde a organização prévia do nosso companheiro presidente Jaime Zeni, da feliz escolha da cidade sede com seus atrativos, do trabalho dos companheiros Antonio Cirillo e Antonio Savaris das emissoras anfitriãs, e daí por diante, se avaliarmos cada uma das sessões desde a de instalação até a presente, sempre a maciça presença dos expositores, colaboradores e companheiros radiodifusores em número de 118 inscritos: o alto nível dos palestrantes, a ótima escolha dos temas, a liber-

dade dos debates, o bom companheirismo, o interesse de todos para com os novos rumos da radiodifusão no Paraná, as novas opções que se nos apresentam, as novas obrigações que teremos de cumprir, o espírito coletivo das proposições aprovadas através das quais ficou provado que nós da AERP pensamos na radiodifusão como um todo...

Toda esta síntese é uma prova de que este Sétimo Congresso se constituiu na demonstração de que nossa AERP é hoje uma entidade madura, consciente de sua força e de sua responsabilidade.

Mas, não nos furtaríamos esta oportunidade em que em nome da AERP usamos da palavra no encerramento deste conclave, para, apesar dos tantos temas abordados nestes dias, ainda um novo tema apresentar a este plenário.

Em diversos cultos religiosos que temos assistido, especialmente dos credos evangélicos, temos presenciado uma oração inicial do reverendo em que, antes de dirigir qualquer palavra a seus fiéis, pedia a Deus que lhe inspirasse o espírito, Que Deus falasse por seu intermédio, pondo-lhe na boca as palavras que ele deveria transmitir. Em outras palavras: que Deus falasse por seu servo e que lhe impedisse de falar por si mesmo, porque as pessoas não estavam naquela igreja para ouvir a palavra do padre ou do pastor, mas de Deus, e o religioso se constituía apenas em um instrumento próprio para a difusão desta palavra.

Entendemos que nós, diretores de emissoras de televisão e de rádio, devemos ter a consciência da força de nossos veículos e da responsabilidade que temos como administrar esta força a nível local (no caso das emissoras locais) e a nível regional (no caso das emissoras maiores ou das redes).

Para sermos mais claros e evitar interpretações diferentes do nosso pensamento, acreditamos que nenhum diretor, apesar de sua responsabilidade para com o Poder Concedente, apesar do rigor da legislação, de pressões ou condicionamentos, quer econômicos ou de qualquer outra natureza poder dirigir sua emissora discricionariamente.

Não foi por acaso que nos foi confiada a direção de instrumento com tamanho poder.

O Poder Concedente, antes de nos homologar diretores, apreciou com muito cuidado cada um dos candidatos, procurou saber de seu equilíbrio, para ao final concluir que tínhamos as condições mínimas de agir com responsabilidade.

E, fôssemos a nossa fé, somos na verdade instrumentos de Deus, que nos confiou um dos seus inúmeros meios de comunicação existentes.

Concluimos então que nem o DENTEL e nem Deus nos confiaram este instrumento para a difusão apenas de nossas próprias opiniões e nem para que vendamos a consciência de nossas emissoras a quem quer que seja.

Temos uma responsabilidade maior que é a de difundir todas as idéias e opiniões de cada segmento de nossa comunidade quer religioso, político, cultural, econômico e assim por diante.

Não somos nós, diretores de emissoras de radiodifusão, os donos da verdade, apenas porque temos a força da difusão de nossas idéias pela comunicação de massas.

Para honrar a responsabilidade que temos, devemos dar oportunidade a todas as lideranças de nossas comunidades para que propaguem o seu pensamento. Devemos ser apenas intérpretes deste pensamento.

Lembramos de uma das primeiras aulas do nosso Curso de Direito, quando um mestre escrevia no quadro-negro a seguinte frase: "não concordo com uma só palavra do que dissesse, mas defenderei até a última instância o teu direito de dizê-las".

É das idéias conflitantes que surge a síntese prevalecedora.

Ora, se usarmos dos microfones apenas para difundir as nossas próprias opiniões ou abirmos os nossos microfones apenas às pessoas que na nossa opinião estão com a razão,

estaremos agindo muito ditatorialmente.

Não estaremos então prestando nenhum serviço à nossa comunidade, pois se concordarmos que ninguém é perfeito, sendo humanos, condicionados, bloqueados ou induzidos psicologicamente, temos mais chance de estar equivocados do que corretos.

Cabe-nos, repetimos, apenas administrar nossas emissoras, e administrar aqui não se refere a contratos de publicidade, recursos humanos, custos operacionais, planejamentos, etc.

Administrar neste nosso pensamento, consiste em oferecer oportunidades iguais a todos os pensamentos, e até, quando não procurados, procurar os mais tímidos para oferecer-lhes esta oportunidade.

Temos sim, e isto com muita propriedade o legislador consubstanciou em norma legal, é que evitar os excessos, cortando, se preciso for, os microfones aos muito afoitos que nada pretendem construir, mas apenas tumultuar.

Acreditamos que os órgãos fiscalizadores partilham deste pensamento quando nos responsabilizam legalmente pelos excessos, mas em nenhum momento pretenderam que os excessos passassem de um extremo a outro, isto é, do pensador de nossa comunidade para o excesso de zelo do diretor da empresa.

O legislador, inclusive preocupado com os excessos de

alguns de nós, garantiu por outros meios esta oportunidade quando a negamos. Exemplo mais recente desta nossa afirmativa é a rede nacional do PDT que a Justiça Eleitoral nos determinou cumprir ainda esta semana.

Ora, no momento em que todos os radiodifusores do Brasil tivermos consciência de que não somos os donos da verdade mas apenas um instrumento de difusão das diversas idéias ou opiniões contraditórias, não haverá mais necessidade de determinação da Justiça Eleitoral ou de qualquer outro órgão para que cumpramos a nossa obrigação de dar oportunidade a todos.

É errado, na nossa opinião, o radiodifusor arvorar-se o direito de ser o formador da opinião pública.

Acreditamos que a opinião pública deve formar-se a partir da maior gama de informações, mesmo antagônicas, que possamos com honestidade transmitir aos nossos ouvintes e telespectadores.

Não podemos nos constituir em juízes, somos apenas informantes. E como informantes, devemos ser honestos.

Acreditamos que para a consciência desta nossa responsabilidade, este Congresso deu um importante passo, e a abertura do Presidente da República, vai, paulatinamente, sendo assimilada por nós, radiodifusores.